

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.202 - DF (2019/0277900-8)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**RECORRIDO : RAFAEL JHONATA MARTINS DA SILVA SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 143):

*AGRAVO NA EXECUÇÃO PENAL. NEGATIVA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. EVASÃO DO PRESÍDIO. COMPORTAMENTO SATISFATÓRIO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS E MEIO. REQUISITO OBJETIVO PREENCHIDO. DECISÃO REFORMADA EM PARTE.*

*1 Reeducando que se insurge contra decisão do Juízo da VEP que negou o livramento condicional alegando falta grave cometida há mais de seis meses: evasão do presídio entre 25/09/2016 e 14/12/2016.*

*2 Em regra, a avaliação do comportamento carcerário não se limita ao exame dos últimos seis meses, devendo considerar todo período de execução da pena. Entretanto, ultrapassados dois anos e meio desde a última falta cometida, não é razoável que a sua repercussão na vida do condenado ocorra indefinidamente, máxime quando o comportamento avaliado pela instituição prisional é satisfatório e ensejou a progressão para o regime semiaberto, sem intercorrências até o momento atual.*

*3 Agravo provido em parte para determinar que o Juízo reavalie o pedido de livramento condicional, desconsiderando a falta grave ocorrida há dois anos e meio.*

Nas razões do recurso especial, alega a parte recorrente violação do artigo 83, inciso III, do Código Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustenta, em síntese, que a comprovação de comportamento satisfatório exigida para fins de livramento condicional abrange todo o período da execução penal, não se restringindo aos 6 (seis) meses anteriores ao pedido de livramento.

Aduz que, na espécie, o cometimento de falta grave pelo apenado durante o cumprimento da pena (evasão do presídio, no período de 25/9/2016 a 14/12/2016), constitui óbice à concessão da benesse, ante o não preenchimento do requisito subjetivo.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, para cassar o acórdão que determinou nova avaliação do pedido de livramento condicional desconsiderando a falta grave cometida pelo apenado em 2016.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 197/209), e admitido o recurso pela Corte *a quo* (e-STJ fls. 167/168), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso especial, consoante parecer assim ementado (e-STJ fls. 185/190):

*RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. HISTÓRICO DE FALTA GRAVE - FUGA PRATICADA NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. PRECEDENTES DO STJ. PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO.*

É o relatório. **Decido.**

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Passo, então, à análise do mérito.

Acerca da matéria, o Tribunal de origem assim se manifestou para dar parcial provimento ao agravo em execução penal interposto pelo apenado (e-STJ fls. 144/145):

*O reeducando cumpre pena total de dez anos e oito meses de*

# Superior Tribunal de Justiça

reclusão, encontrando-se atualmente no regime semiaberto. O requisito temporal para o livramento foi cumprido em 09/01/2019, mas houve falta grave consistente em fuga, que durou de 25/09/2016 a 14/12/2016, a qual ensejou avaliação negativa do requisito subjetivo necessário à concessão do benefício. A Defesa diz que já se ultrapassou o período de seis meses para "reabilitação" da falta, a qual não pode causar efeitos negativos perpétuos, tampouco implicar prejuízo simultâneo em vários aspectos da execução.

Como se sabe, há muito já foi superado o entendimento de que a avaliação do requisito subjetivo do livramento deveria considerar somente os últimos seis meses da execução, com suposto fundamento no artigo 42 do Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais (TJDFT, Câmara Criminal, 2016.00.2.022215-3EIR, Relator Desembargador George Leite, Acórdão nº 981.311, Publicação no Dje em 22/11/2016). Também não incide o artigo 151, inciso III, do Código Penitenciário do Distrito Federal, pois **o artigo 83, inciso III, do Código Penal, exige o comportamento satisfatório durante toda a execução da pena, não se podendo limitar esse lapso temporal na lei local ou em norma administrativa do sistema penitenciário.** Nesse sentido, julgados tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto desta Corte:

**EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. AVALIAÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. IMPOSSIBILIDADE.**

*I - Esta Corte Superior de Justiça sedimentou entendimento no sentido de que "a aplicação de um critério temporal na análise do requisito subjetivo para o livramento condicional não pode ser limitado a um brevíssimo período de tempo, qual seja, os últimos 6 (seis) meses de cumprimento de pena, devendo-se proceder ao exame do mérito durante todo o curso da execução penal" (AgRg no AREsp n. 733.396/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 9/3/2016).*

*II - Conquanto não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), a prática de falta grave impede a concessão do referido benefício, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal, e que deve ser aferido durante todo o período de cumprimento da punição. Precedentes.*

# Superior Tribunal de Justiça

*III - Conforme orientação remansosa desta Corte, "[n]ão há violação à Súmula 7 desta Corte quando a decisão limita-se a revalorar juridicamente as situações fáticas constantes da sentença e do acórdão recorridos" (AgRg no REsp n. 1.444.666/MT, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/8/2014).*

*Agravo regimental desprovido. (STJ, Quinta Turma, AgRg no REsp 1720745/MS, Relator Ministro Félix Fischer, Julgamento em 19/12/2018, Publicação no DJe em 28/06/2018).*

**AGRAVO EM EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. ART. 83 DO CÓDIGO PENAL. FALTA GRAVE. COMPORTAMENTO SATISFATÓRIO. INOBSERVÂNCIA.**

...

*III- Não há que se falar em limitação temporal para a observação do requisito subjetivo, devendo ser analisado o comportamento do apenado durante todo o período do cumprimento da pena e não apenas nos últimos seis ou doze meses.*

*IV - Tratando-se de exigência estabelecida no Código Penal, não há que se falar em observação de prazos estabelecidos no Código Penitenciário ou em decretos presidenciais concessivos de indulto, estes últimos com requisitos da competência privativa do Presidente da República.*

...

*VI - Recurso conhecido e desprovido. (TJDFT, Terceira Turma Criminal, 2019.00.2.000426-6RAG, Relatora Desembargadora Nilsoni de Freitas, Acórdão n° 1.173.513, Publicação no DJe em 29/05/2019).*

***Contudo, em casos específicos nos quais a falta ocorreu há vários anos, não é possível eternizar seus efeitos negativos, prejudicando o sentenciado durante toda a execução do restante da pena. Nesta hipótese, a fuga ocorreu no segundo semestre de 2016, portanto há quase dois anos e meio, não havendo notícias de outros fatos que desabonem o comportamento do apenado no período posterior de cumprimento da pena, o que permite a avaliação positiva do requisito subjetivo para o livramento. A Promotoria de Justiça afirmou em contrarrazões que Rafael foi flagrado transportando substância entorpecente em janeiro de 2019 (página 4 do ID 8707075), mas não se verifica anotação de tal***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*fato nos autos, tampouco em consulta ao SIAPEN ou ao processo de execução na intranet.*

*Acrescente-se que o Juízo considerou positivo o comportamento carcerário do apenado quando deferiu progressão ao regime semiaberto em 28/01/2019, não havendo motivos para reputar negativo o mesmo critério ao analisar o livramento condicional. Assim, demonstrado o bom comportamento, sem a ocorrência de novas faltas graves no período de dois anos e meio desde a última fuga, é possível determinar ao Juízo que aprecie novamente o pedido de benefício, desconsiderando a falta grave consistente em fuga do presídio.*

*Assim, dá-se parcial provimento ao agravo na execução penal para que o Juízo avalie novamente o pedido de livramento, desconsiderando a evasão ocorrida em 2016.*

O entendimento firmado pela Corte *a quo* se encontra em dissonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, que é firme no sentido de que a prática de falta disciplinar grave, em que pese não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula n. 441), impede a concessão da benesse por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, inciso III, do Código Penal, circunstância que afasta a alegação de *bis in idem* (AgRg no REsp 1617279/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 27/4/2018).

Ademais, *segundo entendimento fixado por esta Corte, não se aplica limite temporal para a análise do preenchimento do requisito subjetivo, devendo ser considerado todo o período de execução da pena, a fim de se averiguar o mérito do apenado.* (AgRg no HC 423.662/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 2/5/2018).

Nessa linha, os seguintes precedentes desta Corte:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. FUGAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO CUMPRIMENTO. SUMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. Segundo a jurisprudência desta Corte de Justiça, a prática de falta grave pelo apenado no curso da execução penal - no caso, fugas do estabelecimento prisional - constitui motivo suficiente para denegar o livramento condicional, por ausência do preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 83 do Código Penal.

2. Incidência da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1469080/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/5/2019, DJe 3/6/2019).

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. HISTÓRICO CARCERÁRIO. FALTA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. AFASTAMENTO DOS FUNDAMENTOS DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVIABILIDADE NA VIA DO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. Esta Corte pacificou o entendimento segundo o qual, apesar de a falta grave não interromper o prazo para a obtenção de livramento condicional, Súmula n. 441 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, as faltas disciplinares praticadas no decorrer da execução penal justificam o indeferimento do benefício, pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

2. Cumpre ressaltar, que não se aplica limite temporal à análise do requisito subjetivo, devendo ser analisado todo o período de execução da pena, a fim de se averiguar o mérito do apenado, mormente como no caso dos autos, em que o sentenciado praticou novo delito em data não muito remota.

3. O afastamento dos fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao mérito subjetivo do paciente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 458.687/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 8/11/2018).

**RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA DE MÉRITO DO REEDUCANDO. INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS. FALTAS GRAVES.**

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior orienta-se no sentido de que a prática de falta disciplinar grave, muito embora não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula n. 441), impede a concessão da benesse por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do que exige o art. 83, inciso III, do Código Penal.

2. O citado dispositivo legal não determina um período específico de aferição do requisito subjetivo, de modo que o bom comportamento carcerário deve ser analisado em todo o tempo de execução da pena.

3. Recurso provido. (REsp 1744684/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/8/2018, DJe 24/8/2018).

**EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. AVALIAÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. LIMITAÇÃO TEMPORAL. IMPOSSIBILIDADE.**

I - Esta Corte Superior de Justiça sedimentou entendimento no sentido de que "a aplicação de um critério temporal na análise do requisito subjetivo para o livramento condicional não pode ser limitado a um brevíssimo período de tempo, qual seja, os últimos 6 (seis) meses de cumprimento de pena, devendo-se proceder ao exame do mérito durante todo o curso da execução penal" (AgRg no AREsp n. 733.396/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 9/3/2016).

II - Conquanto não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), a prática de falta grave impede a concessão do referido benefício, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal, e que deve ser aferido durante todo o período de cumprimento da punição. Precedentes.

*III - Conforme orientação remansosa desta Corte, "[n]ão há violação à Súmula 7 desta Corte quando a decisão limita-se a revalorar juridicamente as situações fáticas constantes da sentença e do acórdão recorridos" (AgRg no REsp n. 1.444.666/MT, Sexta Turma Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/8/2014).*

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1720745/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 28/6/2018).*

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. JULGAMENTO SINGULAR. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. ARTIGO 83, III, DO CP. LIVRAMENTO CONDICIONAL. LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE.*

*[...]*

*3. Afronta o art. 83, III, do Código Penal, por restringir o próprio dispositivo legal, a limitação aos últimos 6 meses de resgate da reprimenda do exame quanto à presença do requisito subjetivo necessário à concessão do livramento condicional.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1481190/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 31/3/2015).*

*RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO. LIMITAÇÃO DA ANÁLISE AOS ÚLTIMOS SEIS MESES DE CUMPRIMENTO DE PENA. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 83, III, DO CÓDIGO PENAL.*

*1. A concessão do livramento condicional exige do apenado, além do cumprimento do requisito temporal, o implemento do requisito subjetivo decorrente do comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, do bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e da aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.*

*2. Nega vigência ao art. 83, III, do Código Penal a limitação da aferição do requisito subjetivo aos últimos seis meses de execução da pena, pois restringe o disposto naquele diploma legal.*



# *Superior Tribunal de Justiça*

*3. Recurso Especial parcialmente provido para afastar a restrição da análise do requisito subjetivo aos últimos seis meses de cumprimento da pena e, assim, determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que proceda à nova análise do caso concreto, aferindo a eventual possibilidade de concessão do livramento condicional. (REsp 1325182/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 20/2/2014, DJe 7/3/2014).*

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, e na Súmula n. 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para restabelecer a decisão do Juízo da Execução que indeferiu a concessão do livramento condicional pleiteado pelo apenado RAFAEL JHONATA MARTINS DA SILVA SANTOS.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator